

A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL SOB A PERSPECTIVA DA TRANSVERSALIDADE

ETHNIC-RACIAL EDUCATION UNDER THE PERSPECTIVE OF TRANSVERSALITY

Mayara Cazadini Carlos¹

Andréa Ferreira da Costa²

Lucylen Costa Amorim Pereira³

Jussara Rodrigues da Silva⁴

Inarei José Paulini Junior⁵

RESUMO:

O estudo e a abordagem das questões étnico-raciais são princípios fundamentais para a formação de cidadãos, seja aluno ou professor. A adoção da transversalidade para a abordagem do tema na escola é primordial. Nesse sentido, o presente estudo teve por objetivo realizar um levantamento bibliográfico e analisar as questões que vêm sendo discutidas a respeito da educação étnico-racial. Além disso, busca-se analisar os temas sob a luz da transversalidade no que consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Para execução do projeto de pesquisa, foram realizadas pesquisas em diversas plataformas, entre elas, em acervos bibliográficos, Plataforma Scielo, Periódicos Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Foram selecionados artigos e teses com o intuito de embasar a discussão, tendo em vista a importância de tais trabalhos para o surgimento de políticas públicas voltadas para a educação étnico-racial. A relevância de tal pesquisa perpassa nas discussões do combate à desigualdade racial na educação e no incentivo destes debates na formação de docentes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Étnico-Racial; Igualdade Racial; Políticas Públicas.

¹ Mestranda em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, especialista em Oratória, Transversalidade e Didática da Fala pela Universidade Federal do Espírito Santo, licenciada e bacharela em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1031864620341977>.

² Doutora e mestra em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, bacharela em Agronomia pela Universidade Federal do Espírito Santo e licenciada em Ciências Biológicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias. Pesquisadora do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural e professora da Faculdade Venda Nova do Imigrante. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6658032245003327>.

³ Mestranda em Agroecologia pelo Instituto Federal do Espírito Santo – Campus de Alegre, especialista em Oratória, Transversalidade e Didática da Fala pela Universidade Federal do Espírito Santo, licenciada e bacharela em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9450372332383583>.

⁴ Doutora em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestra e graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7079730389449143>.

⁵ Doutor em Infectologia pela Universidade Federal de São Paulo, mestre em Biociências e Biotecnologia e graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Professor da Faculdade Venda Nova do Imigrante. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0008988570456026>.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XX Jul-dez 2019	Trabalho 05 Páginas 71-83
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

ABSTRACT:

The study and approach to ethno-racial issues are fundamental principles for the formation of citizens, whether student or teacher. The adoption of transversality to approach the theme in school is paramount. In this sense, the present study aimed to carry out a bibliographical survey and analyze the issues that have been discussed regarding ethnic-racial education. In addition, we seek to analyze the themes in the light of transversality in terms of the National Curricular Parameters. For the execution of the research project, researches were carried out in several platforms, among them, bibliographical collections, Scielo Platform, Capes Periodicals and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations. Articles and theses were selected with the purpose of supporting the discussion, considering the importance of such works for the emergence of public policies focused on ethnic-racial education. The relevance of such research permeates the discussions of combating racial inequality in education and encouraging these debates in teacher training.

KEYWORD: Ethnic-racial Education; Racial Equality; Public Policy.

01 – INTRODUÇÃO

O espaço da escola faz-se espaço de interação entre professor e aluno e, como num jogo, ninguém pode segurar a bola, sentindo-se seu dono. Para haver jogo é preciso que a bola vá de um lado para o outro, de um pé a o outro, e nesse jogo interativo, é que se estabelece o sentido. O professor está em campo e pode/deve participar do jogo, desde que não se reserve o papel de juiz ou dono da bola. Poderia participar do processo, talvez, como treinador que vai ajudar cada jogador a desenvolver suas habilidades e potencialidades.

O conjunto de temas propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) a saber, Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual, recebeu o título geral de Temas Transversais, indicando a metodologia proposta para sua inclusão no currículo e seu tratamento didático (BRASIL, 1997). No entanto, um dos maiores desafios é a escola abrir-se para este debate.

Mesmo que a discriminação racial ainda seja um tema presente no ambiente educacional, há relutância em abordar a temática como tema transversal das disciplinas da grade curricular da educação básica. E quando abordada, as discussões limitam-se apenas nas disciplinas de ciências humanas. No entanto, necessita-se que esses debates abranjam todas as áreas do conhecimento para que assim possa-se construir um debate dentro do ambiente escolar, de forma conjunta e estruturada para que, como consequência, consiga-se construir uma sociedade sem preconceito.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XX Jul-dez 2019	Trabalho 05 Páginas 71-83
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

Sendo assim, é de extrema importância a inserção dos Temas Transversais com questões de Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde e da Orientação Sexual, previstas nos PCNs, para que o objetivo da escola, enquanto ambiente de construção social seja alcançado.

Portanto, discutir a cidadania do Brasil de hoje significa apontar a necessidade de transformação das relações sociais nas dimensões econômica, política e cultural, para garantir a todos a efetivação do direito de ser cidadãos. Desse modo, o trabalho requer uma reflexão ética como eixo norteador, por envolver posicionamentos e concepções a respeito de suas causas e efeitos, de sua dimensão histórica e política (WENCESLAU; SILVA, 2017).

A pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica com base do levantamento de trabalhos publicados que abordaram discussões sobre a transversalidade da educação étnico-racial.

Trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, pois, segundo Gil (2002), este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Como afirma o autor, esse tipo de pesquisa envolve o levantamento bibliográfico como fonte de aquisição de informações a respeito do assunto a ser trabalhado, como é visa realizar esse projeto de pesquisa.

Assim, o objetivo do presente estudo é compreender a importância da educação étnico-racial retratada como tema transversal e sua importância na construção individual do aluno.

02 – DESENVOLVIMENTO

2.1 – Educação para as Relações Raciais

A emergência de novas demandas sociais tem necessitado de políticas públicas que tomem atitude em prol do reflexo desse crescimento. Segundo Silva (2011) a transversalidade entra como um instrumento gerencial, que visa dotar as organizações de capacidades para fazer frente a uma realidade complexa, na qual os instrumentos clássicos que não têm conseguido dialogar são conferidos aos estudos sobre educação e abordagem interdisciplinar dos diversos fenômenos.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XX Jul-dez 2019	Trabalho 05 Páginas 71-83
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

A sociedade brasileira é marcada por diversas relações sociais hierarquizadas e por privilégios que reproduzem o nível de desigualdade, injustiça e exclusão social vivido no passado.

Na proporção que uma grande parte da população não tem acesso a condições de vida digna e encontra-se “excluída” da plena participação nas decisões que determinam os rumos da sociedade (regras, benefícios e suas prioridades), uma pequena porção da população tem acesso a tais participações e decisões. Nesse sentido, fala-se de ausência de cidadania, cidadania excludente ou regulada, caracterizando então, a discussão sobre cidadania no Brasil (BRASIL, 1997, p.20).

O parecer CNE/CP nº03/04, propõe e define diversas diretrizes que se inserem nos currículos das instituições educacionais, fazendo parte dos diversos níveis e modalidades da educação brasileira, apresentando conteúdos que precisam ser abordados e propostas de atividades curriculares que dizem respeito à educação no sentido étnico-racial (OLIVEIRA, 2012).

O texto do Parecer CNE/CP nº03/04 apresenta a expressão *Educação para as Relações Raciais*, apontando a importância da função da escola em criar diversas propostas pedagógicas antirracistas e a necessidade de professores estarem preparados para:

[...] o ensino das diferentes áreas de conhecimentos e, além disso, sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferente pertencimento étnico-racial, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas. Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las, para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos e, além disso, sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferente pertencimento étnico-racial, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas. Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las (BRASIL, 2004, p. 17).

A abordagem dos conteúdos e a adoção de boas metodologias dão notoriedade para as relações étnico-raciais. Tais práticas permitem e estimulam o

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XX Jul-dez 2019	Trabalho 05 Páginas 71-83
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

trabalho em conjunto entre duas ou mais áreas distintas, buscando um trabalho interdisciplinar (OLIVEIRA, 2012).

Para Fazenda (2015) a interdisciplinaridade não está na junção de conteúdos, nem na junção de métodos, e sim nas pessoas que pensam o projeto educativo. Entende-se, com base no descrito que a educação pautada na transversalidade não elimina as disciplinas tradicionais e tão pouco tenta a criação de novas, pelo contrário, prioriza a reorganização das disciplinas visando a comunicação entre as demais, com o objetivo de favorecer o processo de aprendizagem de forma conjunta e estruturada.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais- DCNERER instituídas em 2004, não orientam para a criação de uma disciplina nomeada Educação para as Relações Étnico Raciais, por exemplo, mas sim deixa clara a importância da discussão dessa temática além de sua apresentação no âmbito de todo o currículo que dá norte aos conteúdos a serem trabalhados. Por isso, faz-se necessária a reorganização do currículo, para a criação de estratégias abrangendo a maioria dos conteúdos, que exaltam o processo ensino-aprendizagem e de inclusão social.

As DCNERER, subsidiadas pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro Brasileiro e Africana, trazem como destaque o trabalho para a implementação dessa temática em duas perspectivas dialéticas.

Oliveira (2012) afirma que, de um lado, há a necessidade de inserção de novos conteúdos em todas as disciplinas presentes nas grades curriculares, principalmente nas disciplinas voltadas para história, artes e literatura. Em contrapartida, carece de se repensar os conteúdos “antigos” de maneira crítica para que a diversidade seja garantida.

Neste ponto de vista, a história da cultura dos povos africanos e negros no Brasil seria trabalhada de forma efetiva nas disciplinas de matemática, ciências, biologia, no ensino infantil e assim, exigiria um repensar da práxis do professor sobre as metodologias de ensino utilizadas e os conteúdos, que por sua vez, poderiam ser

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XX Jul-dez 2019	Trabalho 05 Páginas 71-83
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

inseridos de diversas formas, como em jogos ou atividades lúdicas (brincadeiras, danças, músicas, e na história da humanidade).

Reflexionar sobre a transversalização da temática das relações étnico-raciais no âmbito de todo currículo, é entender que nem sempre existe a necessidade da criação de um novo projeto, mas que a temática seja abordada nos projetos pedagógicos já existentes.

Sobre a perspectiva, Oliveira (2012) sugere que a necessidade de analisarmos e repensarmos as práticas educacionais de maneira que possamos questioná-las a respeito do seu potencial. Dessa forma, a valorização da diversidade seria garantida. Portanto, é preciso que estejamos sempre a questionar o currículo escolar que é imposto e entender para quem e para que finalidade é destinada a sua estrutura.

Assim, Gomes (2005) afirma que, somos capazes de construir de maneira coletiva as novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e a comunidade em geral. Porém, para isso, é de extrema importância 'que a escola se conscientize cada vez mais de que ela existe para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores'.

O ensino das questões raciais se torna demasiadamente necessário uma vez que os livros e materiais audiovisuais utilizados ainda hoje carregam consigo os mesmos conteúdos viciados e depreciativos a respeito das comunidades afrodescendentes e sua cultura, gerando preconceitos que permeiam as relações sociais dos alunos entre si e para com os professores no espaço escolar. Logo, cabe ao professor buscar alternativas que quebrem esse ciclo de informação equivocada por meio da reflexão de suas práticas pedagógicas (MUNANGA, 2005).

2.2 – Educação Étnico-racial

De acordo com Madeira (2016), a educação sempre foi considerada pelos movimentos sociais, principalmente, o movimento negro como importante campo de disputa a ser incorporado por suas discussões, pois é entendida como meio de conscientização, valorização e inclusão social.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XX Jul-dez 2019	Trabalho 05 Páginas 71-83
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

A lei 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino de conteúdos de História da África e dos negros no Brasil, em todos os departamentos de ensino. Essa lei foi regulamentada pelo parecer 03/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE), instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, já citadas anteriormente (BRASIL, 2004).

Além da normatização da legislação, as adequações apresentam importantes desafios no setor político-pedagógico, para todos os sujeitos envolvidos nos processos educacionais, seja na Educação Básica como na formação de novos professores.

O parecer 03/2004 tem como proposta que as escolas tenham seus currículos letivos voltados para a diversidade de todos os envolvidos no processo educativo. Isto é, aluno, professor, familiar, a sociedade de modo geral.

Para que a legislação seja cumprida, a mudança deve ocorrer não só nas práticas e políticas, mas também no imaginário pedagógico e sua relação com a diversidade, que neste caso é o segmento negro da população (GOMES, 2011).

Com o surgimento da lei 10.639/03, a demanda por profissionais da educação que repensem sua forma de trabalhar e/ou pensar foi aumentada. Além disso, os cursos de formação são levados a repensarem suas práticas e currículos, uma vez que a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Africanas tornaram-se conteúdos obrigatórios nos cursos de graduação e licenciatura, inclusive, sendo objeto de avaliação dos cursos por parte do Ministério da Educação (MEC).

A legislação impulsiona a discussão sobre a sistemática das relações étnico-raciais e sobre a cultura tanto africana como afro-brasileira. Além disso, incita as mudanças de forma significativa na escola básica, tentando de alguma forma, articular o respeito e o reconhecimento da diversidade com a qualidade social da educação.

Tal lei surge como alteração da lei nº 9.394/96 – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde é incluído e explicitado o cumprimento da educação enquanto direito social, passando pelo atendimento democrático da diversidade étnico-racial e por um posicionamento político de superação do racismo e

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XX Jul-dez 2019	Trabalho 05 Páginas 71-83
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

desigualdades raciais. Ressalta-se que a lei nº10. 639/03 representa alteração de grande importância na LDB e por isso, seu cumprimento é obrigatório para todas as escolas e sistemas de ensino. Trata-se, portanto de não apenas uma lei específica e sim da legislação que rege toda a educação nacional (GOMES, 2011).

Devido a força da mobilização de professores e estudantes de licenciaturas, criou-se também a disciplinas de história da África ou estudos africanos em faculdades de história e de relações étnico-raciais, nos cursos de pedagogia e licenciaturas (GOMES, 2011).

Assim, como salienta as PCN's (BRASIL,1997) a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes.

2.3 – Análise de Situações-Problema da Realidade Social e Escolar Brasileira

Visando discutir a naturalização dos preconceitos e da discriminação racial, dois aspectos importantes podem ser apontados, o primeiro são os fatores de distorção na formação da consciência social e da cidadania de professores e alunos, o segundo são as fontes das práticas racistas no cotidiano escolar.

Santos (2010) ao estudar um pouco da “Construção e Negação da criança negra” pôde fazer menção sobre a atualidade desses apontamentos, sendo eles identificados nos relatos de situações da realidade escolar e social, por meio de participantes da pesquisa. A partir disso deram-se as discussões, as problematizações e as abordagens didático-pedagógicas a fim de indicar possibilidades de construção de relações étnico-raciais não racistas e nem calçadas em preconceito.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XX Jul-dez 2019	Trabalho 05 Páginas 71-83
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

O módulo de pesquisa procurou segundo Freire (2005), por meio de atividades, provocar nos professores reflexões e posicionamento de seus lugares nas relações étnico-raciais, seja na escola ou nos espaços societários, principalmente no sentido de trazer debates para o centro, relacionando-os com as práticas racistas sofridas e vivenciadas por tais docentes.

Tal assunto requer um certo cuidado pedagógico e emocional devido as questões delicadas e subjetivas que esses profissionais podem ter enfrentado e que comumente são silenciadas, negadas ou escamoteadas no imaginário social brasileiro, por meio do discurso do mito da democracia racial ou da expressão do senso comum brasileiro, em que se insistem em dizer: “não vivemos em um país racista”.

A atividade desenvolvida por Santos (2010) levou os participantes, mesmo que indiretamente, a examinarem situações de seu próprio cotidiano escolar, por meio de exercícios sobre a discussão coletiva do conflito, dentro de sua dimensão societária e não particular.

O aluno que apresenta comportamentos preconceituosos e racistas, talvez impulsionado pela família ou outro ambiente da sociedade, não é levado a pensar de forma social e respeitosa, desenvolvendo os mesmos hábitos.

A participação do corpo docente e a mudança de pensamento dos mesmos são fundamentais para que o ensino transversal seja consolidado no meio escolar, assim como as práticas racistas sejam disseminadas totalmente.

2.4 – Possibilidades Avaliativas no Processo de Construção de Relações Étnico-Raciais Não Racistas na Escola e Estratégias de Sensibilização

No momento de envolvimento dos participantes de um grupo, as avaliações tornam-se pertinentes e podem ser praticadas como ações mediadoras do que já foi realizado. Por meio delas é possível observar as condições de orientação em todo o processo.

Santos (2009) salienta que os meios avaliativos não devem prescindir de procedimentos dialógicos e diagnósticos, consubstanciando-se em um modo de refletir e transformá-los em modos de agir.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XX Jul-dez 2019	Trabalho 05 Páginas 71-83
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

No dia a dia da sala de aula, as avaliações devem ser realizadas de forma contínua. Ao avaliar e diagnosticar os problemas, é possível que o professor faça intervenções privilegiando a aprendizagem dos alunos. Desse modo, a percepção do que o aluno pode fazer sozinho, de forma independente se torna maior, além dos pontos em que o indivíduo necessita da ajuda de outros colegas ou professor.

Avaliar e diagnosticar o processo de trabalhos auxilia o aluno a se desenvolver de forma cognitiva e emocional, além disso, auxilia na formação de um cidadão reflexivo, autônomo, crítico, capaz de viver e conviver, participando e interagindo num mundo de constante mudança e evolução.

Santos (2010) ao realizar estudos de caso com alunos negros da Educação Infantil da Rede Pública de Municipal de Salvador, com foco principal de levantar representações e reações diante de histórias que trazem narrativas e ilustrações positivas do negro, observou que no processo de construção de identidade dos alunos, a falta de informação sobre assuntos relacionados ao negro e sua história, ainda impera não só no ensino fundamental, mas com toda a rede de ensino. Tal fato colabora para a não aceitação de si mesmo e em decorrência disso, compromete a relação do aluno negro com o outro e com o mundo que o rodeia.

Além disso, vale salientar que apesar da existência da lei 10.639/03 que foi alterada para 11.645/08, onde torna obrigatório o ensino da história da África e do Afro-brasileiro e indígena, muitas escolas apresentam resistência e silenciamento diante das questões étnico-raciais, deixando de fora do currículo escolar os diversos temas que envolvem tais seguimentos.

2.5 – A Construção de Conhecimentos Pertinentes na Educação Escolar

A construção do pensamento é, mais do que nunca o capital mais precioso para o indivíduo e a sociedade”. A busca da compreensão epistemológica do real justifica a posição de pensadores que insistem numa reforma do pensamento.

Esse tem sido o grande problema de nossa sociedade escolar, formar um indivíduo para a sociedade que pense e não simplesmente repita conhecimento.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XX Jul-dez 2019	Trabalho 05 Páginas 71-83
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

A construção do conhecimento assim se baseia em princípios pedagógicos que devem ser seguidos e praticados de acordo com as normas educacionais para assim conseguir bons resultados. Morin (2001, p. 566) cita que:

Se quisermos um conhecimento segmentário, encerrado a um único objeto, com a finalidade única de manipulá-lo, podemos então eliminar a preocupação de reunir, contextualizar, globalizar. Mas, se quisermos um conhecimento pertinente, precisamos reunir, contextualizar, globalizar nossas informações e nossos saberes, buscar, portanto, um conhecimento complexo.

Os saberes disciplinares e fragmentados ofuscam a possibilidade de um conhecimento que Morin (2001), denomina apropriadamente de “conhecimento pertinente”. A expressão “conhecimento pertinente” significa para o autor aquele saber resultante de uma reforma paradigmática, que permite operar com os princípios organizadores do conhecimento complexo que possibilita compreender a complexidade das informações no contexto em que elas se inscrevem.

Assim vamos em busca de mais conhecimento, procurando entender a realidade de cada aluno e buscando adaptar isso ao nosso trabalho.

03 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade é muito mais do que o conjunto das diferenças. Ao entrarmos nesse campo, estamos lidando com a construção histórica, social e cultural das diferenças a qual está ligada às relações de poder, aos processos de colonização e dominação. Portanto, ao falarmos sobre a diversidade (biológica e cultural) não podemos desconsiderar a construção das identidades, o contexto das desigualdades e das lutas sociais.

Percebe-se que a prática docente no âmbito da educação étnico-racial como tema transversal deve ser iniciada nos primeiros anos de escola, e que os professores devem ser capacitados para que não deixe nenhum conflito acontecer no ambiente escolar para que não haja divergências raciais.

A transversalidade trata da possibilidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XX Jul-dez 2019	Trabalho 05 Páginas 71-83
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

realidade), onde se liga teoria e prática ao mesmo tempo para poder compreender e aprender sobre essa situação. Para que isso aconteça de maneira correta é preciso propor ao aluno um ambiente de estudo sem discriminação de cor, raça e cultura, para que se possa construir identidades dentro do contexto de desigualdades. Neste sentido, a prática docente da transversalidade com o tema de educação étnico-racial evita que isso ocorra no ambiente educacional.

A sociedade contemporânea vem sofrendo muitas interferências políticas, econômicas, sociais e tecnológicas, fazendo com que mudanças também ocorram dentro das escolas, uma vez que o ensino precisa compreender quais são os conhecimentos necessários para capacitar o aluno e torná-lo agente de transformação social.

04 – REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FAZENDA, I. C. A; TAVARES, D. E.; GODOY, H. P. *Interdisciplinaridade Na Pesquisa Científica*. Campinas/SP: Papirus, 2015. (Coleção Práxis)

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, M. *A organização do trabalho na escola: alguns pressupostos*. São Paulo: Ática, 1993.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N. L. A educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2 Ed. Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 143-154.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XX Jul-dez 2019	Trabalho 05 Páginas 71-83
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação*, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

MADEIRA, T. F. L. *Educar para as relações étnico-raciais: mudanças no campo normativo e o impacto no mercado editorial*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2016.

MORIN, E. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MUNANGA, Kabengele (org). *Superando o Racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, L. F.; LINS, M. R. F. Por uma desobediência epistêmica: sobre lutas e diretrizes curriculares antirracistas. *Revista da ABPN*, v. 6, n. 13, mar.-jun. 2014, p. 365-386.

OLIVEIRA, L. M. *Políticas Públicas do combate ao racismo na proposta curricular da educação física na rede pública estadual de ensino na cidade de Santo André*. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, Boaventura Souza. Direitos humanos, o desafio da interculturalidade. *Revista Direitos Humanos*, n. 2, p. 10-18, 2009.

SANTOS, C.F. *Literatura Infantil e a Identidade da criança negra: construção ou negação?*. Monografia – Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Salvador, 2010.

SILVA, T.D. Gestão da Transversalidade em Políticas Públicas. Encontro da ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, XXXV, 2011. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.

WENCESLAU, M. E.; SILVA, F. C. T. Temas transversais ou conteúdos disciplinares? Cultura, cidadania e diferença. *Interações*, Campo Grande/MS, v. 18, n. 4, p. 197-206, out./dez. 2017.